A IDENTIDADE NEGRA E QUILOMBOLA ENTRE OS MORADORES (AS) DE MITUAÇU: CONDE – PB

Waldeci Ferreira Chagas*

Resumo
No Brasil a implantação de políticas públicas para a população negra se constitui resposta à demanda reivindicada pelo Movimento Negro desde os anos 1970, o que resultou na concretização de uma série de medidas, entre as quais o reconhecimento das comunidades negras remanescentes quilombolas e por extensão a concessão do título de terras a essas populações. Essa ação à medida que garantiu visibilidade política e cultural à comunidade negra também abriu espaço para a ascensão da identidade negra e quilombola, uma vez que faz parte do processo de reconhecimento das comunidades o auto reconhecimento. Frente a essa questão o nosso propósito nesse trabalho é analisar como tal identidade foi e vem sendo forjada entre os negros (as) de Mituaçu. Essa, é antecedente a implantação das políticas públicas para as populações quilombolas, e está imbricada nas ações do Movimento Negro ou começou a emergir a partir da implantação das políticas e surge como uma conseqüência dessas, ou seja, como uma tática dos negros (as) para ter acesso e se beneficiar do que o governo brasileiro passou a propor a partir de 2003?
Palavras-chave: negros (a), remanescente quilombola, identidade, Mituaçu.

A BLACK IDENTITY AND QUILOMBOLA AMONG RESIDENTS (AS) OF MITUAÇU: CONDE - PB

Abstract
In Brazil, the implementation of public policies for the black population is the demand response is claimed by the Black Movement since the 1970s, which resulted in the implementation of a series of measures, including the recognition of black communities remaining quilombo and by extension the issue of a land to these people. This action ensured that as political and cultural visibility to the black community also paved for the rise of black identity and Quilombola, as part of the process of recognition of the self recognition. Facing that question our purpose in this paper is to examine how this identity has been and is being forged among blacks (as) of Mituaçu. The previous deployment of public policy for people quilombo and is imbricated in the actions of the Movement or Black began to emerge from the implementation of policies and arises as a consequence of, or as a tactic of blacks (as) to take access and benefit from the Brazilian government has proposed from 2003?
Keywords: black (a), remnant Quilombola, identity, Mituaçu.

Discutir a identidade da população negra no Brasil é um processo complexo visto que está relacionado à negação, mais também a afirmação do ser negro. Assim podemos dizer que é um constante exercício de construção e reconstrução, uma conseqüência da histórica condição de escravizados (as) a que essa população foi inserida no Brasil e de como a sociedade pós-abolição a concebeu.

* Doutor em História pela UFPE, Professor de História da África e História do Brasil República, na UEPB – Campus de Guarabira.

Desde o século XVI quando os primeiros africanos seqüestrados da África foram inseridos no Brasil na condição de escravizados (as), os senhores de engenho ao adquiri-los nos mercados e feira batizava-os nos rituais católicos e os jesuítas atribuíam-lhes um nome cristão. Isso representou a imposição da cultura cristã européia e o desejo de que a partir de então os referenciais culturais africanos fossem esquecidos e os escravizados passassem a professar a cultura imposta.

Classificados como negros e negras, os africanos foram inseridos no processo de produção de açúcar e demais produtos econômicos do Brasil, ou seja, passaram a ser os principais responsáveis pela manutenção e reprodução do lucro dos seus senhores, obviamente da riqueza da principal colônia portuguesa nas Américas.

Em função disso, essa população passou a ser as mãos e os pés dos senhores de engenho. Logo, não haveria Brasil sem negro (a). Esse tipo de compreensão não representou a valorização da mão-de-obra negra, mas significou a sua desvalorização, sobretudo, porque não foram inseridos na sociedade na condição de cidadãos, mas de peça diretamente atrelada ao processo produtivo. Assim na compreensão dos intelectuais da época, entre eles, os jesuítas ser negro (a) era ser inferior, essa concepção passou a ser pedagogicamente propalada na certeza de que a população negra internalizasse tal idéia e aceitasse a condição de escravizada que lhe fora imposta. A partir de então, se esperava resignação e submissão, mas não foi isso que aconteceu. Não demorou e homens e mulheres negros e negras passaram a desencadear táticas de resistência à condição de escravizados e de negação da idéia de que eram inferiores.

Assim a resistência desencadeada assumiu várias facetas, principalmente no século XIX, quando foram libertados do cativeiro, mas não inseridos na sociedade como cidadãos. Para a população negra restou-lhe a exclusão, a árdua e difícil tarefa de livrar-se da imagem negativa construída pela sociedade brasileira ao longo do período da escravidão. Agora livre do cativeiro, o conceito de negro (a) fora incorporado, mas não com o caráter de inferiorizado como propalaram os intelectuais e ratificado pela sociedade ao longo dos séculos XVI ao XIX.

A população negra passou a reinventar o conceito de negro (a) e assumir-se como tal, o que não foi fácil, sobretudo, porque no imaginário coletivo a imagem recorrente era a de que ser negro (a) ainda estava associado à inferioridade, incapacidade intelectual. Por extensão as expressões artísticas e culturais pertinentes a essa população também foram estigmatizadas de inferior e, portanto, colocadas à margem, visto que os referenciais considerados como cultura e socialmente valorizados eram os cristãos e europeus. Em

contrapartida, as expressões e manifestações artísticas da população negra passaram a ser rotuladas de “coisa de negro”. Essa expressão embora faça referência ao homem, à mulher negra e a sua cultura, não tem o propósito de valorizá-los, mas de excluí-los. No geral essa expressão passou a ser utilizada como denotativo de cultura menor, inferior, ou algo com que não se poderia misturar.

Assim tudo que dissesse respeito à cultura africana ou afro-brasileira passou a ser socialmente negado. Isso significa dizer que a história da população negra no Brasil é marcada pela morte dupla, além da morte física nos canaviais, cafezais e garimpos, eles ainda experimentaram a morte cultural, pois a sociedade brasileira desde o século XVI insiste em negar os elementos pertinentes à história e cultura afro-brasileira e africana como matriz da formação social e cultural do Brasil. Embora seja comum a afirmação de que a cultura brasileira é resultado da cultura indígena, negra e branca, são os valores cristãos, brancos e ocidentais que prevalecem como aceitos. Mesmo assim desde o século XIX essa sociedade se diz liberal e moderna, mas ainda não enxerga a presença negra com naturalidade, no máximo afirma que negros (as) colaboraram com a formação do Brasil, como se essa população não estivesse presente na reinvenção do Brasil. (NASCIMENTO, 1978)

Em meio à negação da sua cidadania e cultura, desde o século XIX a população negra passou a afirmar-se como tal, na perspectiva de que fosse reconhecida sua cidadania e existência política e social. Em contrapartida a isso, também passou a negar-se etnicamente e esconder-se por trás das várias nomenclaturas construídas pela sociedade, a exemplo de pardo, moreno, e crioulo. O ato de assumir uma dessas nomenclaturas nem sempre representou falta de consciência, mas funcionou como tática para se beneficiar, e ser socialmente aceito, visto que desde a época da escravidão os pardos e crioulos eram mais aceitos que o negro (a). Por outro lado, essa tática à medida que possibilitou a população negra ser aceita pela sociedade do século XIX, também tornou essa população politicamente invisível, uma vez que apresentar o fenótipo negro (a) nem sempre representou dizer-se politicamente negro (a). Essa realidade colaborou para a ascensão do mestiço, um sujeito socialmente aceito e que também colaborou com a morte política e cultural da população negra.

As várias estratégias historicamente engendradas pela sociedade brasileira a partir do século XIX com o objetivo de negar socialmente e politicamente a população negra, dificultaram o processo de construção da identidade negra, visto que o ser negro (a) passou a ser diluído em várias outras denominações. A partir de então, embora a população negra estivesse fisicamente presente, deixou de existir socialmente e politicamente, ou seja, os

negros (as) deixaram de nascer como tais. Mesmo envolto a esse processo de negação houve quem insistisse e permanecesse se afirmando como tal e passaram a se organizar em torno da afirmação da cidadania negra.

Acerca dessa questão é pertinente a Frente Negra Brasileira, organização política que surgiu no Brasil dos anos 1930 na perspectiva de que a população negra fosse inserida na sociedade brasileira. Embora a tática utilizada por essa organização não fosse a mais viável, haja vista não ter alcançado o apoio de todos os grupos de organização negra da época, teve sua relevância, visto que evidencia a ação, ou seja, demonstra que a resistência sempre fora uma constante na vida da população negra, seja para denunciar o racismo, reivindicar direitos sociais, ou simplesmente para se afirmar enquanto homem negro e mulher negra. (GONZALEZ, 1982)

Desta feita do ponto de vista político a ação da população negra no Brasil ou o discurso por ela formulado sempre foi um discurso e prática a contra pelo, ou seja, pela afirmação, e em contraposição a tudo que de negativo a sociedade insistia manter. Um exemplo disso foi o surgimento do Movimento Negro Unificado na década de 1970, uma evidencia de que a busca pela identidade negra se mantivera constante. A partir da fundação desse movimento tornou-se comum afirmar que no Brasil as pessoas não nascem negras, mas um dia se descobrem que são. A perspectiva do MNU passou a ser a de que a população negra conscientemente se descobrisse e se afirmasse como tal, e passasse a engrossar as fileiras contra o racismo instituído na sociedade brasileira, um modelo cordial, que nem sempre possibilita as pessoas perceberem que estão e são discriminadas por serem negras.

Mas para os militantes negros da década de 1970, não bastavam às pessoas se dizerem negros (as) era necessária à cidadania plena e essa só se concretizaria com a extensão dos direitos sociais a essa população, tanto a urbana, quanto a rural, visto que ambas acumulam déficits sociais históricos.

Em virtude disso se tornou comum à participação das comunidades negras rurais reivindicarem, sobretudo, o seu reconhecimento como remanescentes quilombolas. Essa nova realidade à medida que passou a compor a pauta do Movimento Negro possibilitou a organização das comunidades negras rurais, visto que suas demandadas nem sempre puderam ser incorporadas por esse movimento, cuja experiência política estava mais associada ao mundo urbano.

No entanto, isso não significou divisão das organizações negras, mas representou o crescimento e fortalecimento no campo social e político, dado a especificidade da reivindicação das comunidades negras rurais. No geral todos fazem parte do mesmo

movimento e ao reivindicarem direitos sociais se assumem negros e negras, ou seja, constroem suas identidades.

Logo, essa discussão nem sempre esteve presente no cotidiano dos moradores (as) das comunidades negras, mas passou a fazer parte a partir das demandas surgidas nos anos 1970/1980 e mais precisamente a partir do final da década de 1990, quando as políticas públicas para a população negra no Brasil passaram a ter mais visibilidade na grande imprensa, embora o discurso seja o da desqualificação, sob o argumento de que não existe negro (a) no Brasil, haja vista a nossa mistura de raça.

Acerca da discussão da não existência de negro (a) no Brasil é pertinente lembrar que foi a sociedade brasileira ao longo do seu processo histórico quem inventou esse sujeito social, na condição de escravizado (a), possuidor de uma cultura menor e incapaz de gerir seu próprio destino. Historicamente os negros (as) nunca aceitaram esse modelo de compreensão, mas passaram a se afirmarem negros (as). Porém hoje o que assistimos no Brasil é uma tentativa de setores burgueses e conservadores da sociedade em desqualificar a reinvenção que a população negra historicamente fez e continua a fazer do conceito de ser negro (a) e de construção da sua identidade, o que também ocorre com as comunidades quilombolas.

Pensar identidade é discutir possibilidades, ou seja, é falar no plural, uma vez que a identidade é constantemente construída e reconstruída. Assim a crise de identidade propagada pelo mundo moderno, não procede, haja vista, a identidade ser cultural, portanto, socialmente aprendida na relação que os sujeitos estabelecem uns com os outros e com os símbolos que o cerca.

Por isso, a identidade é móvel, o que faz com que constantemente seja construída, e reconstruída. Logo, existem várias possibilidades de se ser alguma coisa, uma vez que a identidade é um constante vir a ser. A partir dessa linha de raciocínio pensamos acerca da identidade negra e quilombola em Mituaçu.

Por se tratar de uma comunidade reconhecida como remanescente quilombola, historicamente é classificada como “negra”. A princípio o uso dessa categoria parece indicar que tudo está definido e acabado.

Portanto, trata-se dos remanescentes dos negros escravizados, e como tais se reconhecem, logo, não haveria o que se discutir, tão pouco questionar, uma vez que olhando o biótipo todos são negros (as). Todavia, a realidade dos fatos indicou outras questões e no transcorrer da pesquisa, sobretudo, a partir da realização das entrevistas com os moradores (as) percebemos que nada está definido como sempre fomos acostumados a pensar.

Apesar de a sociedade os classificar como sendo negros (as) ela também questiona a sua existência, sobretudo, quando o governo federal aponta com os programas sociais para a população negra, a sociedade sob a defesa de que o Brasil é uma nação miscigenada, afirma que é impossível afirmar que não se pode definir quem é ou não é negro (a).

No imaginário dos moradores (as) identificamos que a expressão "negros (as) de Mituaçu" em tempos outrora fora utilizada para se referir a eles. Ao longo da história dessa comunidade, a expressão em discussão assumiu tanto o sentido positivo, quanto o negativo. Uma vez que "os negros de Mituaçu" outrora eram os vendedores de frutas e legumes que transitavam pelas ruas da cidade negociando tais produtos, considerados de boa qualidade.

Como satisfaziam o desejo dos paraibanos que residiam na área central da Parahyba, a expressão era positivada. Posteriormente quando tiveram que fazer uso da força para se defender da opressão, a expressão, "negros de Mituaçu", assumiu o caráter pejorativo, pois foi utilizada para definir que eram violentos baderneiros e arruaceiros.

Mesmo a sociedade tendo definido-os como negro, a partir do que lhe fora útil, ou não, há entre os moradores uma compreensão de ser negro (a), que possui relação com o conceito formulado, visto que perpassa pela afirmação e negação; uma evidencia de que a identidade é transitória, portanto, deslocada e vive em constante construção.

Por comunidade negra rural compreendemos um aglomerado formado por pessoas negras que comungam da mesma origem e partilham as mesmas experiências e práticas culturais com um passado comum. Essa característica é identificada em Mituaçu, visto que os seus moradores comungam da mesma memória, ou seja, a de que são descendentes de três negras escravizadas, e fugitivas do cativeiro que nas matas do litoral sul da Paraíba se alojaram e formaram tal comunidade.

Apesar de localizada na zona rural da Cidade do Conde, Mituaçu guarda algumas peculiaridades importantes à compreensão da sua história, sobretudo, a sua constituição como quilombo. Um aspecto a ser destacado é a sua proximidade com a área urbana das cidades de João Pessoa e do Conde. Essa condição é imprescindível à definição da identidade negra entre os moradores, e da comunidade como remanescente quilombola, uma vez que a proximidade com o urbano, desde outrora lhes possibilitou o contato e a incorporação de valores e práticas diferentes dos vivenciados na comunidade.

Um exemplo é o trabalho. Nem sempre os seus moradores viveram unicamente do trabalho agrícola, mas do que o urbano passara a oferecer. Desde outrora se tornou comum aos homens e mulheres trabalhar na cidade e retornar nos finais da tarde ou nos fins de semana, conforme as condições impostas.

O resultado disso é o fato de que ser negro fica a depender do espaço onde se está. Assim quando se está com os pares e na comunidade o ser negro é assumido a partir das práticas vivenciadas coletivamente, mas ao sair há uma tendência em silenciar em torno dessa questão, o que aparece como estratégia de defesa em função do preconceito e dos estereótipos que lhes são atribuídos no espaço urbano.

Mesmo que em Mituaçu todas as pessoas sejam aceitas, uma vez que o matrimonio entre brancos e negros é comum, algumas pessoas brancas abominam esse enlace. Isso tem trazido algumas conseqüências para a questão da identidade negra entre os moradores dessa comunidade, visto que alguns têm negado a sua identidade negra, levados, sobretudo, pelo discurso de que o ser negro é feio, sujo ou incapaz de produzir bens úteis à sociedade.

Logo, a identidade é móvel, transitória e não estática, conforme nos informou (HALL: 2005: p.13) quando disse: “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação ás formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

A tendência entre os moradores é a de primeiro observar o biótipo da pessoa com quem se fala, e onde se está, para então se definir ou não como negro (a). Em função do nosso biótipo negro, fomos facilmente aceitos e percebemos que eles se sentiram a vontade conosco, pois nos identificaram como seus pares, logo, os vocábulos negros (as) eram pronunciados sem restrição, porque se sentiram seguros, ou seja, certos de que não seriam discriminados, tão pouco sua cultura desrespeitada ou considerada menor.

A comunidade negra de Mituaçu possui aspectos singulares no que podemos nos referir ao cotidiano. Na maneira de construir suas casas, pudemos observar que o costume vem de tempos atrás. Acerca disso, podemos analisar a fala do senhor Mauricio, morador antigo de Mituaçu. Segundo ele as construções das casas no tempo de sua infância era de forma rudimentar, usavam o que a natureza lhes oferecia. Acerca dessa questão (Machado, 1977) faz uma referencia a respeito das casas onde se localiza Mituaçu, ele se refere a Jacoca, no meados do século XVII, e diz, “A aldeia da Jacoca, como as outras, consistia num agrupamento de pequenas casas de palha” (MACHADO: 1977: p.351).

Desde o século XVII, as construções eram rudimentares, ou seja, não existia preocupação das autoridades para sanar o problema da moradia nessa localidade. Mesmo no inicio do século XX, as questões de moradia ainda eram falhas. No trecho a seguir, o senhor Mauricio nos mostra como se construía uma casa, nos primeiros anos do século XX, nesse caso especifico ele se refere à construção da primeira escola de Mituaçu.

> [...] “nesse tempo não tinha madeira serrada assim, era madeira cortada no mato, tudo isso era mato, só tinha essa rua daqui, não tinha mais nada pra lá não. Foi no mato de Euvidio Tavares e cortaram as varas, as paredes eram feitas de barro, cortaram tudo lá e o restante das madeiras tirou do mangue” [...]. (MAURICIO: 2007)

Compreendemos que os moradores de Mituaçu têm sentimento libertário, pois nessa narrativa, nosso interlocutor nos relatou a construção da primeira escola da comunidade, o que é denotativo da vontade de querer quebrar as barreiras impostas pelo sistema, pois pretendiam se educar nas letras para melhor moldar seu futuro.

Em antagonismo ao desejo de liberdade intelectual, encontramos a presença marcante de um fazendeiro da região, o qual tentou por meio da violência reprimir aspirações de melhores condições para a comunidade. A escola recém construída foi a pique por motivo da relação coroneliticas mantida pelo Senhor Euvidio Tavares de Moraes. Segundo nosso interlocutor, ele mandou por meio da força que fosse desfeita a escola.

Percebemos um sentimento forte de união entre os moradores, pois segundo o Senhor Mauricio os homens estavam engajado na construção da escola, existia um sentimento comum de querer a melhora da comunidade.

Outro episodio relatado pelo Sr. Mauricio, foi à questão da eletricidade, o mesmo fazendeiro tentou barrar as linhas de energia para o povo de Mituaçu. Devido essa atitude o seu sitio ainda continua sem as instalações elétricas em função da rede de energia elétrica passar por dentro das matas, longe de sua propriedade, visto que foi desejo do Senhor Euvidio Tavares de Moraes, que não permitiu a passagem da transmissão de energia por suas terras.

> [...] “você prestar atenção, vê como esse homem foi ruim pra nois, você prestar atenção à eletricidade passa lá por dentro dos matos, na fazenda lá não tem até agora eletricidade, porque ele não queria que passasse eletricidade pra nois, foi maior guerra” [...] (MAURICIO: 2007).

Esses dois fatos narrados pelo nosso interlocutor são denotativos de que, os moradores queriam prosperar mesmo com as adversidades que o local impunha. Os moradores acreditavam que as letras poderiam lhes garantir melhor futuro tanto para eles como para as futuras gerações. Com a eletricidade, eles poderiam adquiri mais conforto como, por exemplo, possuir em casa os eletrodomésticos, e, no entanto, foram privados.

Em contrapartida representante das elites tentaram como puderam frear a instalação de serviços na comunidade, será que só pelo ímpio desejo de sempre ter pessoas sem instrução para ser “presas” mais fáceis aos seus desejos maquiavélicos?

Mesmo assim com toda a luta dos moradores contra as investidas desse fazendeiro, o senhor Mauricio chamou a nossa atenção para um fato, o nome da escola de Mituaçu. Pessoas aliadas ao tal "coronel" insistem em perpetuar na memória dos moradores o nome dele, mesmo tendo sido responsável pela opressão do povo negro de Mituaçu e também por aumentar a discriminação dos brancos contra negros. Esse homem tratava os moradores pejorativamente de "negros de Mituaçu" como nos disse o Senhor Mauricio.

A revolta do nosso interlocutor foi maior quando se deparou com o nome da escola homenageando uma pessoa que não contribuiu para o bem estar do povo de Mituaçu, conforme nos relatou,

> quando eu chego aqui ta o nome do cara na escola, merece o nome desse cara na escola? Meu amigo. É isso que eu quero te dizer! Eu tenho feito tanto, já fui à câmara, já batalhei, já falei com vereador, já falei com o prefeito que já saio, vamos fazer um projeto para tirar o nome desse homem da escola que ele não merece não. Botar um nome de alguém da comunidade né? Claro, principalmente o que deu o terreno para construir, o Antonio Francisco Nascimento, que deu o terreno para construir. Mas esse homem merece o nome ai? Ovídio Tavares de Moraes, ta ali no prédio ali, passar e ver. Ta o nome do cara lá. [...] (MAURICIO: 2007)

Em meio a esse problema concordamos com Le Goff, no que se refere à construção da memória coletiva. Acreditamos que ela deve ser edificada e usada para o usufruto de todos, e não seja usada para promoção de uma classe social ou um grupo, mas para que a coletividade lembre de fatos, pessoas ou símbolos que realmente eles se identifiquem, e não de uns nomes ou símbolos impostos por um grupo dominante que tem outras aspirações adversas à coletividade. "Que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens." (LE GOFF: 2003: p. 477).

A comunidade de Mituaçu é constituída de pessoas na sua maioria negra e são membros de famílias que desde outrora a residem. Quando perguntamos à opinião do Senhor Mauricio e da Senhora Neuza, ambos responderam que a maioria dos moradores é negro, "Nesses tempos, nois era, não. Nois somos, só tinha mais negro aqui em Mituaçu mesmo, era tudo da minha cor ou então mais fechado" (Conforme entrevista concedida pelo Senhor Mauricio em outubro de 2007). Na visão da Senhora Neuza,

> Negro tudinho! [...] È aqui em Mituaçu são tudo negro. A maioria da população. Tudinho, agente que vê de fora mais claro da cor, assim como vocês, não é daqui. Já se sabe que não é daqui. É, todo mundo sabe [...] Mas a maioria é negro então? Tudinho. (Conforme entrevista concedida por Dona Neuza em outubro de 2007)

Vale acrescentar que eles se vêem como pessoas de origens africanas, pois na fala do Senhor Mauricio ele reforça “Nois somos” querendo informar que realmente é negro. A Senhora Neuza também confirmou a identidade dizendo que é “Negro tudinho”. Percebemos como já foi citado em oportunidades anteriores, o fato de a área ser explorada no que se refere a sua biodiversidade, antes pelos portugueses e holandeses, o Senhor Mauricio nos revelou que,

> era tudo mata aqui e veio um senhor, eu me esqueço o nome dele, comprou o mato para tirar lenha, [...] esse desmatamento ai, eles foram até a barra e voltaram nesse outro rio ai, e desmatara acabaram com as matas todas ai ó! Toda, todinha. Isso foi em 1950. (Conforme entrevista concedida pelo Senhor Mauricio em outubro de 2007)

Em meio às práticas de furtar as áreas quilombolas, os moradores de Mituaçu sempre viveram sob ameaça de uma possível invasão de suas terras. Atualmente existem propriedades de terras fronteiriças que resultaram de invasões ao território quilombola, seja pela força ou por outros meios, sempre tentaram usurpar essa área. O importante é perceber que sempre os moradores das áreas quilombolas lutaram contra os assédios de suas terras.

As teorias formuladas por Ginzburg também estão evidentes na entrevista do senhor Mauricio, pois segundo ele, os moradores de Mituaçu nos meados do século XX, não sabiam jogar futebol como conhecemos, eles jogavam uma adaptação do esporte, ou seja, eles recriaram a sua maneira o jogo, o goleiro, por exemplo, ficava no meio do campo.

No entanto foram influenciados pelos moradores da capital paraibana e com isso construíram novas identidades. Sua cultura se chocou com a dos passastes que de vez por outra apareciam para trabalhar no corte de madeiras.

Segundo o Sr. Mauricio, eles aprenderam muito com os homens que foram na década de cinqüenta extrair a madeira nativa. Eles aprenderam a tocar instrumento, fazer tamancos, jogar futebol, ou seja, as culturas se chocaram e nesse embate forjaram-se novas culturas, foram traçadas nesses encontros. (GINZBURG: 2006: p.189).

Também seria oportuno lembrar as palavras do Hall (HALL: 2007: p.13) e dizer que as identidades são liquidas, e não são cristalizados com o tempo. Os moradores de Mituaçu como qualquer humano, tiveram nos encontros com os moradores da capital a plasticidade do seu “eu”, e com os vai-e-vem de identidades e culturas foram sendo forjados os quilombolas de ontem e os de hoje. (LACLAU apud HALL: 2007: p. 18).

Referências:

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. – RJ: DP&A, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2003.

MACHADO**,** Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro**: o processo de racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.